

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MARIA LUIZA NOGUEIRA DE OLIVEIRA

**UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA DA DINÂMICA DO CRÉDITO VIA BANCOS
PÚBLICOS E PRIVADOS EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS DE MINAS GERAIS
(2000-2020)**

UBERLÂNDIA – MG

2022

MARIA LUIZA NOGUEIRA DE OLIVEIRA

**UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA DA DINÂMICA DO CRÉDITO VIA BANCOS
PÚBLICOS E PRIVADOS EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS DE MINAS GERAIS
(2000-2020)**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e
Relações Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia como pré-requisito a obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador(a): Prof. Dra. Vanessa da Costa Val Munhoz

UBERLÂNDIA – MG

2022

MARIA LUIZA NOGUEIRA DE OLIVEIRA

**UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA DA DINÂMICA DO CRÉDITO VIA BANCOS
PÚBLICOS E PRIVADOS EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS DE MINAS GERAIS
(2000-2020)**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e
Relações Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia como pré-requisito a obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador(a): Prof. Dra. Vanessa da Costa Val Munhoz

BANCA EXAMINADORA

Uberlândia, 12 de agosto de 2022.

Dra. Vanessa da Costa Val (IERI – UFU)

Prof. Dra. Vanessa Petrelli Corrêa (IERI – UFU)

Dr. Henrique Ferreira de Souza (CEPES – IERI – UFU)

AGRADECIMENTOS

Pela conclusão deste trabalho, gostaria de agradecer minha família e todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para que eu chegasse até aqui. Um agradecimento especial, à minha mãe, Alessandra, um exemplo de força, que sempre acreditou em mim e apesar de todas as dificuldades me fortaleceu. Nada disso seria possível sem você.

Agradeço imensamente minha irmã, Maria Eduarda e meus avós, Alexandrina e Eustáquio pelo amor, incentivo e apoio. Aos meus tios, Alberto, Raquel e aos primos, Alexandre, Caroline e Francisco todo meu carinho e reconhecimento.

Agradeço ao Gabriel, meu namorado, por estar ao meu lado desde o início da graduação e me ajudar a passar por tudo de forma mais leve. Aos amigos que construí ao longo da faculdade, Dayane, Fernanda, Isabela, Letícia e Vitória, obrigada por tornar essa jornada mais rica em experiências e momentos felizes.

Gostaria de deixar minha enorme gratidão a ACPE Consultoria, instituição da qual fiz parte. Ali vivi momentos incríveis de muito aprendizado que contribuíram para me tornar a pessoa que sou hoje, jamais esquecerei todas as amizades feitas neste convívio.

Por fim, deixo meu agradecimento à minha orientadora, Vanessa Val, pelo suporte oferecido e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho neste trabalho, sem o seu apoio essas páginas não imprimiriam tamanho conhecimento.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Estatísticas Bancárias Mensais por Município. Conceitos Utilizados.....	33
Tabela 2.Participação regional no crédito / participação regional no PIB (QLC), 2000 a 2019.....	37

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Saldo das operações de crédito das instituições bancárias sob controle público e privado em milhões de reais, período de 2003 a 2020.	26
Gráfico 2 - Saldo da carteira de crédito em relação ao PIB em porcentagem, período 2003-2020.	30
Gráfico 3: Saldo da carteira de crédito em milhões de reais, período de 2000-2020.....	31
Gráfico 4: Operações de crédito entre Belo Horizonte e Brumadinho (2000 – 2020).	34
Gráfico 5: Operações de crédito entre Uberlândia e Ituiutaba (2000 – 2020).....	35
Gráfico 6: Bancos públicos X bancos privados em Belo Horizonte (2000 – 2020).....	39
Gráfico 7: Bancos públicos X bancos privados em Brumadinho (2000 – 2020).	40
Gráfico 8: Bancos públicos X bancos privados em Ituiutaba (2000 – 2020).	41
Gráfico 9: Bancos públicos X bancos privados em Uberlândia (2000 – 2020).	42

RESUMO

O trabalho tem como objetivo realizar uma análise exploratória sobre o comportamento de bancos públicos e privados no estado de Minas Gerais, especialmente no que tange à oferta de crédito. A hipótese é que a oferta de crédito dos bancos públicos assume uma maior dinâmica e continuidade do que a oferta de crédito via bancos privados. Ademais, essa dinâmica se comporta de maneira diferenciada no espaço, uma vez que municípios centrais ofertam maior volume de crédito do que municípios periféricos no estado de Minas Gerais, que é tão desigual. O referencial teórico que fundamenta esse trabalho é baseado na economia monetária de Keynes e na dinâmica do sistema bancário sob a perspectiva pós-keynesiana. A análise do estudo foi feita entre o período 2000 a 2020, voltada em fontes de dados secundários, com as análises de dados disponibilizados pelas estatísticas bancárias municipais do Banco Central, e dados secundários do sistema gerenciador de séries temporais da mesma instituição. Os resultados indicam uma diferença significativa no comportamento dos bancos públicos e privados entre as regiões, com inegável importância dos primeiros para as regiões mais atrasadas que não são priorizadas pelas instituições bancárias privadas mesmo em períodos de relativa estabilidade econômica.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento regional; bancos públicos; bancos privados; crédito bancário; Minas Gerais.

ABSTRACT

The work aims to carry out an exploratory analysis on the behavior of public and private banks in the state of Minas Gerais, especially with regard to the supply of credit. The hypothesis is that the supply of credit from public banks assumes greater dynamics and continuity than the supply of credit via private banks. Furthermore, this dynamic behaves differently in space, since central municipalities offer a greater volume of credit than peripheral municipalities in the state of Minas Gerais, which is so unequal. The theoretical framework that underlies this work is based on Keynes' monetary economy and on the dynamics of the banking system from a post-Keynesian perspective. The analysis of the study was carried out between the period 2000 to 2020, focused on secondary data sources, with the analysis of data provided by the municipal banking statistics of the Central Bank, and secondary data from the time series management system of the same institution. The results indicate a significant difference in the behavior of public and private banks between the regions, with undeniable importance of the former for the most backward regions that are not prioritized by private banking institutions even in periods of relative economic stability.

KEYWORDS: regional development; public banks; private banks; Bank credit; Minas Gerais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – MOEDA, BANCOS E OFERTA DE CRÉDITO NO ENFOQUE PÓS-KEYNESIANO	12
1.1. Economia monetária da produção de Keynes	12
1.2. Sistema bancário, oferta de crédito e o circuito de financiamento do investimento dos pós-keynesianos	15
1.3 Evolução do sistema bancário.....	18
CAPÍTULO 2 - BANCOS, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE CRÉDITO NO BRASIL	24
2.1. Atuação dos bancos privados e públicos em âmbito regional	24
2.2. Sistema bancário brasileiro e a evolução do mercado de crédito	27
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE EMPÍRICA DA DINÂMICA DE CRÉDITO EM MINAS GERAIS.....	32
3.1 Fonte de dados	32
3.2 Indicadores Analisados	34
3.3 Dinâmica do crédito entre bancos públicos e privados.....	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

INTRODUÇÃO

Em meados dos anos 90, o mercado bancário brasileiro sofreu forte reestruturação, a partir da implementação do plano Real, que obteve sucesso ao reduzir as taxas de inflação em curto espaço de tempo, entretanto, esse quadro contribuiu para o enfraquecimento dos bancos nacionais (VASCONCELOS et al., 2004). Esta estratégia era reforçada pelo forte crescimento nos depósitos ocorrido após a estabilização dos preços e pela demanda por crédito.

Embora as instituições financeiras não estivessem preparadas para tal expansão na oferta de crédito, a partir de 2003 houve melhora na qualidade das carteiras, manutenção da inadimplência de novas concessões, redução das taxas de juros. Mas, no ano de 2008, em função da crise financeira mundial, o cenário do crédito foi revertido. Os bancos brasileiros, prevendo aumento na inadimplência e tendo liquidez comprometida pelos cortes mundiais de crédito, reduziram a oferta para concessão de novos contratos e elevaram as taxas de juros cobradas pelos empréstimos. A relação crédito/produto interno bruto (PIB) no país aumentou de cerca de 30 % no final de 2008 para cerca de 45 % no final de 2009 graças ao uso do governo dos bancos públicos como instrumento de ação (MORA, 2015). Isto garantiu um destaque internacional ao sistema financeiro brasileiro, principalmente com a importância dos bancos públicos no amortecimento do efeito da crise de crédito após o colapso no final de 2008.

A premissa que norteia esta pesquisa é que, os bancos públicos brasileiros desempenham um papel significativo na dinâmica do desenvolvimento regional, com foco no estado de Minas Gerais, região em que há muita concentração na oferta de crédito. O trabalho examina a forte expansão das operações de crédito, puxadas tanto por bancos privados, quanto por bancos públicos, durante os anos 2000 até 2020. Especificamente, a monografia ainda objetiva investigar a dinâmica da oferta de crédito em âmbito regional, verificando se há diferença no comportamento desta variável entre municípios centrais versus municípios periféricos. Para tanto, são selecionados alguns municípios – Belo Horizonte, Brumadinho, Uberlândia e Ituiutaba – do estado de Minas Gerais para análise das estratégias bancárias no espaço. A principal fonte de dados utilizada nesta pesquisa é o ESTBAN (Estatística Bancária Mensal) do Banco Central, que apresenta os saldos dos principais componentes dos balancetes dos bancos comerciais e dos bancos múltiplos com carteira comercial que têm uma periodicidade mensal e são agregados por agências e municípios.

Após esta introdução, a pesquisa se divide em três capítulos: o capítulo 1 abordará a revisão da literatura teórica; o capítulo 2 analisará a evolução da oferta de crédito no Brasil,

abordando a discussão da lógica de operação bancária distinguindo bancos públicos e privados; e o capítulo 3, examinará a dinâmica do crédito em municípios de Minas Gerais, comparando estratégias de instituições públicas e privadas.

CAPÍTULO 1 – MOEDA, BANCOS E OFERTA DE CRÉDITO NO ENFOQUE PÓS-KEYNESIANO

Este capítulo tem como principal objetivo focar na importância do sistema bancário dentro das estruturas teóricas de Keynes e dos pós-keynesianos. Além disso, será apresentada a economia monetária da produção e, a partir desse conceito, será possível discutir os determinantes da preferência pela liquidez e o papel das taxas de juros e da moeda em uma economia moderna.

1.1. Economia monetária da produção de Keynes

Segundo Carvalho (2006), a dinâmica de uma economia monetária vista na concepção de Keynes, o agente econômico representa o consumidor que devastado pela falta de bens, não têm autoridade de apropriar-se de tudo o que deseja, mas, sim precisa oferecer algo em troca ao que prefere. Isto é, as escolhas são feitas pela relação entre bens trocados que se dá os preços relativos e as trocas são realizadas. Dessa forma, dentro dessa economia, a moeda exerce o papel de afetar as motivações e decisões dos agentes econômicos, tanto em curto como longo prazo (CARVALHO, 2006).

O processo decisório das economias monetárias é dominado pela incerteza, ao passo que, em um mundo real, os agentes econômicos operam em um ambiente sujeito à incerteza, e a partir disso, que surge o empreendimento econômico. Entretanto, a incerteza não está presente com a mesma intensidade em todos os níveis da atividade econômica. Visto que as atividades de produção que apresentam em um período curto do tempo seus frutos são possíveis ao contrário daquelas atividades que geram frutos em momentos distantes no tempo e que, conseqüentemente as expectativas relativas às decisões sobre esse tipo de atividades têm bases muito mais voláteis (AMADO, 2000).

Conforme descrito por Amado (2000), Keynes considera uma distinção de três modelos para o funcionamento da economia, o primeiro modelo, é relacionado à economia de salário real ou economia cooperativa; o segundo diz respeito à economia empresarial neutra; já o terceiro, que é o de maior relevância para este trabalho, é a economia monetária, empresarial ou salário nominal. A definição desses três modelos difere, basicamente ao que afeta as metas do processo de acumulação e produção, como se organiza a economia, ao conhecimento

dinâmico de desenvolvimento da produção e à atribuição da moeda em cada um desses sistemas (AMADO, 2000).

A relação de custos e receitas que estão presentes em uma instituição empresarial faz com que a mesma consiga sobreviver no mercado, ainda que, a incerteza de um possível conflito entre essas duas variáveis pode dificultar a atividade das firmas. Porém, a existência de contratos alivia essa incerteza ao estabelecer o valor seja de unidade de custos, ou seja, de receitas. O resultado da atividade em termos de moeda é o que conta para que uma empresa decida ou não produzir, pois, o sistema de contratos cria a necessidade de uma moeda estável (AMADO, 2000). Nota-se então, que a moeda assume a função de facilitador de trocas, mas seu papel mais relevante é como elemento unitário que desempenha todas as funções do processo produtivo (KEYNES, 1982).

Dito isto, no texto de Carvalho (2006), é abordado que para Keynes a incerteza que cerca as decisões individuais numa economia empresarial tornam a demanda por moeda, enquanto forma de riqueza, racional. Ao passo que, em épocas de incertezas mais intensas a moeda com os atributos necessários para viabilizar o sistema de contratos torna-se um ativo extremamente atraente, já que a moeda oferece liquidez e estabilidade de valor. Neste sentido, observa-se entende-se que a teoria da taxa de juros, fundamentada por Keynes é a recompensa da renúncia à liquidez, ou seja, é o “preço” mediante o qual o desejo de manter a riqueza em forma líquida se concilia com a quantidade de moeda disponível (CARVALHO, 2006; KEYNES, 1982).

Em primeiro momento, se a queda da taxa de juros aumenta a renda nacional, a quantidade de moeda que necessita reservar para as transações crescerá mais ou menos equivalente com o aumento da renda, no mesmo momento em que, deprecia o custo da conveniência de manter abundante a moeda, em termos dos juros perdidos. De outro lado, cada queda na taxa de juros pode elevar a quantidade de moeda que certos indivíduos desejam conservar. Isso implica que, se a taxa de juros se elevasse, haveria um excedente de moeda que as pessoas não estariam dispostas a reter. E se caso contrário, se reduzir a recompensa da renúncia à liquidez, isto é, se a taxa de juros for menor, o montante agregado de moeda que o público desejaria conservar ultrapassaria a oferta disponível (KEYNES, 1982)

Assim, a preferência de liquidez é o fator que fixará a quantidade de moeda que o público reterá quando a taxa de juros for dada, já que, a quantidade de moeda aliado à preferência pela liquidez, determina a taxa corrente de juros em certas circunstâncias. A equação resulta então que r é a taxa de juros, M a quantidade de moeda e L a função da

preferência pela liquidez, teremos $M = L(r)$. Essa equação representa então, como a quantidade de moeda entra no esquema econômico (KEYNES, 1982). Esse acréscimo pode ocasionar tal incerteza quanto ao futuro que a preferência pela liquidez decorrente do motivo precaução pode ser fortalecida.

Em mercados financeiros muito desenvolvidos, os ativos presentes apresentam elevada liquidez, o que viabiliza aos agentes econômicos manterem o seu poder de compra de forma quase líquida, sem a necessidade de demandar moeda. De outra forma, os indivíduos demandam moedas para realizar ganhos de capital, porque nesses mercados desenvolvidos há muita possibilidade desses ganhos e instabilidade das expectativas. Assim, o que os indivíduos procuram não é o ganho decorrente da taxa de juros, mas eles buscam antecipar mudanças no mercado para obterem ganhos de capital, comprando os ativos em preços mais baixos e vendendo em seus preços mais elevados, com isso, quanto maior a taxa de juros mais agentes acreditarão que ela irá cair e mais facilmente abrirão mão da liquidez. Em oposição, os mercados menos desenvolvidos, a demanda de moeda não gera ganhos futuros de capital, pelo fato dos mercados serem menos ativos, os agentes visam manter uma relação maior de suas poupanças em moeda, que garanta liquidez para pagar despesas imprevistas (AMADO, 2000).

A demanda total da moeda é vista sob três designações na perspectiva de Keynes (1982), depósitos de renda, depósitos para negócios e depósitos de poupança. Para estes três motivos, o dinheiro guardado constituiu um único fundo, que o seu possuidor não precisa dividir em três partes, porque eles podem não ser separados e certa soma pode ser reservado para um fim e, secundariamente, para outro. A força dos três tipos de motivos dependerá, em parte, do custo e da segurança dos métodos para obter dinheiro em caso de necessidade, por meio de alguma forma de empréstimo. Sua força também dependerá da retenção de recursos líquidos, só podem ser retidos mediante sacrifício da compra de um bem lucrativo. Se os depósitos auferem juros ou se se evitam despesas bancárias conservando o dinheiro, isso diminui o custo e reforça o motivo. Este fator, contudo, pode ser de importância secundária, salvo em caso de grandes alterações no custo da retenção de recursos líquidos (KEYNES, 1982).

De acordo com Carvalho (2006), um dos conceitos centrais do paradigma de Keynes é o fenômeno de liquidez, já que é o principal atributo da moeda em uma economia monetária de produção. E é a partir da moeda legal ou moeda de curso forçado que se iniciam dos problemas a serem enfrentados por esse paradigma. Os depósitos à vista são considerados substitutos perfeitos para essa moeda legal, porém já existem outros meios sendo utilizados em transações financeiras. A visão de que a conservação de moeda diminui a demanda por bens e serviços é

intuitiva ao tratar-se da moeda legal, mas analisando o caso dos depósitos à vista, pode ser bastante emblemática. Na prática, o próprio banco tem o poder de criar depósitos; no entanto, assim que o banco adquire ativos, o risco de um declínio na demanda agregada fica muito mais vinculado às políticas bancárias (CARVALHO, 2006).

Por fim, é importante salientar que a taxa de juros é relativamente guiada pela situação de preferência pela liquidez e também pela quantidade de moeda medida em unidades de salários. Como a taxa de juros da moeda não é como as outras taxas de juros, essa irá determinar a trajetória de crescimento da economia, enquanto uma taxa de juros mais elevada é aquela que determina o limite à acumulação. Como a moeda não pode ser produzida empregando os fatores de produção da economia, sua demanda não é transferida para outros ativos quando seu preço sobe, os níveis de renda e emprego da economia estão limitados pelo nível da taxa de juros monetária (AMADO, 2000; KEYNES, 1982).

1.2. Sistema bancário, oferta de crédito e o circuito de financiamento do investimento dos pós-keynesianos

No panorama neoclássico, acreditava-se que o financiamento do investimento só seria possível com uma poupança prévia, ou seja, o sistema financeiro era visto apenas como um “provedor de meios de pagamento e intermediário de poupanças”. Dessa forma, como o crédito era fruto de repasse de saldos de moeda-mercadoria de superavitários para deficitários, o crescimento - desenvolvimento - da economia só se daria por meio do desenvolvimento de técnicas e pelas escolhas dos consumidores, o que acaba determinando uma repressão financeira, já que o nível de investimento seria o potencial; esse era o papel do banco no neoclassicismo: atuar como intermediário no sistema financeiro (STUDART, 1993).

No entanto, com o surgimento das novas metodologias bancárias no mundo moderno, o sistema bancário ficou mais complexo. Nessa perspectiva, o financiamento do investimento passou a não exigir da poupança prévia, já que nesse novo contexto o crédito pode simplesmente se tornar uma operação contábil de surgimento de um passivo e um ativo. Portanto, o papel do banco não é visto mais como intermediário, mas como parte inerente ao sistema financeiro (STUDART, 1993).

Conforme Paula Et al. (2013), em uma abordagem convencional do sistema financeiro tem-se o banco e as instituições financeiras como intermédio entre investidores e não investidores, ou seja, agem de maneira limitada, de acordo com a necessidade do Estado,

“funcionando apenas como uma correia de transmissão da política monetária” (Alencar, 2014). Entretanto, já no modelo pós-keynesiano - o atual - os bancos são essenciais para o financiamento e para o crescimento da economia, pois eles têm a capacidade cada vez maior de impulsionar o crédito e, respectivamente, a economia. Nessa perspectiva, tudo isso só é possível pela relação restrita entre o banco e o sistema financeiro, posto que o banco também está a cada passo, mais diretamente relacionado com a busca de maior liquidez, dependendo das relações econômicas internas e externas. Portanto, Paula Et al. ratifica, detalhadamente, um dos motivos da relevância desses (bancos) para o financiamento do investimento.

Nessa linha, é notório que os bancos se tornaram os principais credores de crédito no mercado financeiro. Tudo isso porque, o desenvolvimento do sistema monetário possibilitou que os bancos passassem de meras poupanças para fornecedores de meios de pagamentos, com potencial de elaborar seu próprio crédito. Dessa forma, como argumenta Studart, isso foi possível pelo desenvolvimento da moeda ex-nihilo (“vinda do nada”) que criou um ambiente de estabilidade, a qual permitiu que os bancos tivessem maior autonomia em gerenciar seus cofres e assim manter um fluxo de caixa. Isso foi essencial para que os bancos a partir desse momento comesçassem a desenvolver um controle acerca do sistema bancário - o que permite uma flexibilização para definir quando aumentar ou diminuir a oportunidade de crédito, por exemplo. Assim, por esse e outros motivos que serão discutidos a seguir é que os bancos se tornaram/são importantes para o financiamento do investimento (STUDART, 1993).

Seguindo a isso, essa alternativa pós-keynesiana à visão convencional que torna os bancos tão relevantes para o sistema financeiro se baseia no circuito financiamento-investimento-poupança-*funding*. Dessa maneira, significa que o investimento feito antes de uma recessão tem a responsabilidade de promover a acumulação de capital e não o seu financiamento, o que confere estabilidade às reservas bancárias e possibilita um crescimento econômico equilibrado. É importante salientar que a taxa de juros não depende da poupança, já que esta está ligada à liquidez (RESENDE, 2007).

O circuito *finance*-investimento-poupança-*funding* desenvolvido por Keynes (1998) divide-se em duas etapas: i) crédito de pequeno prazo e tem como objetivo financiar a produção de bens de capital e estimular a indústria. Quanto ao *funding*, ele se refere a dívida de curto prazo, ou seja, transferi-la, além de consolidá-la, para uma relação de longo prazo. Dessa forma, a poupança é subproduto do efeito multiplicador que gera a renda; ii) na segunda etapa se tem o investimento de fato, já que aqui a poupança agregada surge (RESENDE, 2007).

É importante ressaltar também o impacto da fragilidade financeira no financiamento de crédito. Nessa ordem, segundo Paula Et al. (2013), Trata -se de um processo endógeno, ou seja, resulta da instabilidade do mercado de capitais, que é provocada por fatores como o trade-off (“escolhas versus consequências”), quer esteja relacionado com preferências de investimento ou alterações nos perfis dos consumidores. Como resultado, essa fragilidade está diretamente relacionada à capacidade de uma empresa se financiar, pois essa irá determinar se os bancos precisam compensar um nível de liquidez maior ou menor. Entretanto, a forma como o sistema bancário age diante da instabilidade deve ser efetiva, já que, no que tange à teoria pós-keynesiana, o sistema financeiro só é funcional caso ele consiga promover um crédito mínimo, mesmo em momentos de crise (ALENCAR, 2014).

Por outro lado, no que tange à forma de lidar com as incertezas econômicas, a metodologia quanto ao processo de financiamento do investimento continua ainda da mesma forma do modelo econômico keynesianismo (ALENCAR, 2014). Dessa forma, em momentos de expansão, os bancos impulsionam o crédito, dando mais oportunidade para o cliente investir, aumentando assim o fluxo de capital e, respectivamente, promovendo o desenvolvimento econômico da região e do país aos quais pertencem. No entanto, de outro lado, se é momento de incerteza - crise financeira ou iminência de uma - a preferência pela liquidez é acentuada, o que significa um aumento dos juros e uma retração do crédito. Portanto, é necessário se consolidar o que Keynes defendeu:

O empresário, quando decide investir, tem de satisfazer-se em dois pontos: primeiramente, que possa obter financiamento de curto prazo suficiente durante o período de produção do investimento; e em segundo lugar, que possa eventualmente consolidar, em condições satisfatórias, suas obrigações de curto prazo através de emissões de títulos de longo prazo. Ocasionalmente o empresário pode utilizar-se de recursos próprios ou fazer emissão de longo prazo diretamente; mas isso não modifica o volume de financiamento, que tem de ser encontrado pelo mercado como um todo, mas simplesmente o canal pelo qual chega ao empresário e a probabilidade de que parte do volume possa ser levantado pela liberação de dinheiro de seu próprio bolso ou do resto do público. Dessa forma, é conveniente ver o processo duplo [finança/*fundings*] como característico no [financiamento do investimento] (KEYNES, 1973, p. 166, tradução livre).

Além disso, outro fator importante é que os bancos ao limitarem o crédito, acabam evitando que a dívida populacional aumente juntamente com a crise, a fim de que o fluxo de caixa não seja tão prejudicado - o que depreciaria o valor de mercado de diversas instituições, gerando prejuízo também para os consumidores (STUDART, 1993).

Com relação aos juros, Studart argumenta que “a preferência pela liquidez é o principal determinante da “taxa de juros”. Dessa maneira, a taxa de juros não pode ser explicada no

modelo pós-keynesiano por mecanismos concretos, como na teoria convencional, mas sim por meio de especulação e volatilidade do mercado, já que esses coeficientes são externos ao sistema bancário, ou seja, não cabe a ele delimitá-los e afins. Diante disso, a taxa de juros está correlacionada ao nível do potencial credor e à necessidade de liquidez dos bancos, podendo aumentar ou diminuir segundo esses fatores (STUDART, 1993).

Em síntese, conforme Alencar, sabendo que a moeda é endógena ao sistema bancário, ou seja, não necessita dela diretamente para aumentar a quantidade de crédito cedido, por exemplo, os bancos podem impulsionar o volume de crédito por meio de metodologias de administração do passivo, como, por exemplo, utilizando o gerenciamento das reservas e inovações financeiras (ALENCAR, 2014).

1.3 Evolução do sistema bancário

Em Studart (1993), vê-se a atual complexidade do sistema financeiro representada pela independência da poupança como principal meio de gerar crédito que, nas palavras do autor, “a evolução do sistema monetário transforma os bancos de simples “cofres privados” e intermediários de poupanças, em principais supridores de meios de pagamento, capazes de criar crédito independentemente de depósitos prévios”. Dessa forma, os avanços permitiram inclusive que os bancos fossem capazes de criar “margens de segurança”, por meio de reservas em débito, a fim de evitar maiores prejuízos tanto do lado do credor, quanto do pagador.

No entanto, é substancial entender que essa evolução não se deu rapidamente e que para que o sistema bancário adquirisse tanta importância foi necessário, segundo Chick (1994), o sistema passar por diversas fases (ou estágios) que tiveram substancial relevância para a construção do sistema financeiro que se tem hoje. Nessa seção será discorrido acerca das etapas do desenvolvimento supracitado, a fim de evidenciar essa evolução.

No Estágio I, é perceptível que se tem um sistema econômico muito disperso, já que há a presença de diversos bancos, mas com pequeno potencial, sem falar na credibilidade dos bancos que ainda está atenuada. Nessa perspectiva, nesse momento as pessoas não utilizam os bancos como fim o investimento. Diante disso, nessa fase os bancos são buscados apenas para o depósito de capital em poupança, e apenas quando as pessoas não desejavam mais reter o dinheiro físico consigo (CHICK, 1994).

Nesta etapa os depósitos são utilizados apenas como poupança, isto é, ainda não são usados de fato como forma de pagamento. Dessa forma, eles se comportam de maneira exógena

ao sistema, já que, por serem originados apenas por eventuais mudanças nas preferências das pessoas no que tange à retenção do capital. Isso favorecia a perda de reservas no sistema como um todo, dado que, pela circulação de dinheiro não ser grande, os bancos dependiam diretamente dela para financiar a expansão do crédito. Assim, conforme Chick (1994), os bancos eram “dependentes dos depósitos para formar reservas e das reservas para obter capacidade de emprestar” (CHICK, 1994).

Nessa ótica, ainda segundo Chick (1994), nesta fase fica claro que para se ter financiamento de capital, é preciso antes ter uma reserva, a qual depende necessariamente dos depósitos. Diante disso, fica claro que os bancos funcionavam da mesma maneira que as empresas de empréstimo direto, ou seja, para emprestar, é preciso antes ter. Logo, em uma linha geral, pode se evidenciar que o crescimento do sistema bancário nessa fase foi muito limitado, posto que, precisavam, principalmente, conquistar a credibilidade com o público.

Seguindo a isso, no “Estágio II” o sistema bancário já evidenciou uma funcionalidade de fato e adquiriu maior confiança das pessoas. Tudo isso foi possível também pela dispersão e redução da quantidade de agências bancárias, as quais possibilitaram que o prejuízo para os consumidores/clientes e os bancos diminuísse, já que, com uma menor quantidade de bancos, por exemplo, o sistema se viu fortalecido, posto que a competitividade agora acentua entre os bancos fortes, o que dá ainda mais credibilidade ao público. Dessa maneira, a expansão do crédito foi favorecida por fatores - meios, técnicas - que serão explicitados a seguir (CHICK, 1994).

Com a nova evolução do sistema bancário, os depósitos e empréstimos começaram a passar por um processo de ascensão. Isso foi essencial para que, a partir desse momento, os depósitos comessem a ser usados como meio de pagamento, e não só como poupança, o que foi substancial para esta fase. Dessa forma, os depósitos agora representam os balanços de transações que financiam o circuito de consumo, ou seja, nesse momento os bancos já começavam a adquirir a capacidade de movimentar a economia em um ciclo significativo e contínuo: fomentar o crédito sem necessariamente ter reserva (CHICK, 1994).

Quanto ao crédito, esse agora poderia ser oferecido por meio de um valor que é um múltiplo das reservas. Assim, não era totalmente necessário que os bancos esperassem “ter para emprestar”. Diante disso, é necessário pontuar que no Estágio II os depósitos já são produto do circuito de consumo supramencionado (CHICK, 1994).

Entretanto, apesar da evolução do sistema financeiro em relação ao Estágio I, é importante entender que, nessa fase, o banco ainda está ponderado - limitado -, quanto a

concessão de crédito, posto que ela, como detalhado acima, só pode ocorrer a partir de um valor base, que por meio dele é que as instituições calcularão qual será o coeficiente multiplicador. Tudo isso porque os bancos, nas palavras de Victoria Chick:

Ainda mantêm uma atitude passiva a buscar novos depósitos criadores de reservas. As reservas ainda chegam ao sistema bancário da mesma forma que antes, como resultado de mudanças nas preferências do público, que deixa de manter saldos em dinheiro e prefere depositá-los em bancos ou, o que é mais importante à medida do tempo, através do Banco Central, via operações de *open market*. (CHICK, 1994, p. 12)

No que tange ao Estágio III, conforme Chick (1994) a mudança mais relevante foi o desenvolvimento de maneiras de empréstimos interbancário, ou seja, os bancos nesta fase passam a atuar promovendo o fortalecimento entre eles, por meio de empréstimos. Feito isso, o índice multiplicador de depósitos bancários age de forma mais instantânea. Ademais, é importante ressaltar que esse novo mecanismo possibilitou que novas oportunidades aparecessem para os bancos individuais.

Por conseguinte, o Estágio IV é marcado pelo princípio emprestador que agora está totalmente consolidado, já que, o Banco Central já está numa posição de controle, ou seja, já aceitou a responsabilidade de manter o equilíbrio do sistema bancário. Dessa forma, essa nova etapa é fundamentada na rentabilidade marginal do aumento dos empréstimos (CHICK, 1994).

Outro fato importante, é que nesta fase o público já tem uma efetiva confiança nos bancos; se na etapa anterior os bancos ainda dependiam da mudança gradual da preferência do público quanto ao uso dos cofres bancários e o uso do depósito como moeda de compra, agora as pessoas já estão habituadas a utilizar o sistema bancário - o que demonstrou ser um fator substancial para a expansão da quantidade de empréstimos. Tudo isso pois, à medida que a receita do banco aumenta, mais potencial ele tem para conceder maiores créditos (CHICK, 1994).

Quanto à concessão de empréstimo, ela agora está mais expandida, já que, com o desenvolvimento do sistema bancário, os bancos, ao contrário do estágio anterior, são capazes de seguir qualquer aumento na demanda de empréstimo. Dessa forma, mesmo que as reservas estiverem em déficit ou as taxas de juros estiverem altas, ainda sim os bancos têm o potencial de continuar promovendo o crédito. Outro fator importante é que, caso os bancos não consigam se equilibrar com esses fatores externos, o Banco Central fornece apoio, o que trouxe mais segurança para todos da cadeia (bancos, instituições por geral e pessoas) (CHICK, 1994).

Com isso surgem diversas teorias acerca da economia de crédito, sendo uma das principais a de Soromenho (2014) em que focou em duas teses. A primeira é de que os bancos e as instituições financeiras controlam a reserva mínima e a oferta de moeda. A segunda diz que a oferta de moeda é totalmente flexível. No entanto, conforme Chick, a primeira tese, não pode ser mais aceita como fato nesse estágio, já que o sistema econômico já se tornou grande ao ponto de ser regido por sua própria lei natural, assim como defende os iluministas. Quanto à segunda, em parte ela pode ser considerada pelo fato de que a moeda agora se movimenta com maior rapidez e fluidez, independente do contexto. Isso pode ser visto mais explicitamente em Chick:

Se for necessário escolher entre essas posições extremas, a última é a preferível. Todavia, se for correto o argumento de que o comportamento dos bancos individuais convergiu para aquele cuja descrição seria adequada para o sistema como um todo (uma proposição talvez mais sustentável no caso do Reino Unido e da Europa do que no dos Estados Unidos), os resultados da teoria bancária de cunho macroeconômico podem ser generalizados para propósitos macroeconômicos (CHICK, 1994, p. 15).

Por fim, na última fase, Estágio V, a principal característica que define essa etapa é o desenvolvimento da administração da renda passiva. Nessa perspectiva, os bancos começaram a buscar poupanças que poderiam usar no sistema financeiro. Esse interesse pela administração do passivo teve como principal influenciador a política de “Controle de Concorrência e do Crédito” (1971), a qual aumentou as exigências quanto ao nível de controle financeiro dos bancos. Dessa forma, os bancos se viram com necessidade de atrair mais capital, já que, com as restrições, as práticas de controle de reservas aumentaram. Diante disso, consolidou-se uma concorrência livre entre os bancos e as demais instituições financeiras. Assim, essa nova política teve como consequência uma procura intensa de novas oportunidades de empréstimos e retenção de depósitos, o que também pode caracterizar essa fase como expansionista agressiva (CHICK, 1994).

Nessa ordem, a ideia que se tinha é que quanto mais os depósitos fossem preferidos em razão do dinheiro em espécie ou dos metais preciosos, como a prata ou o ouro, maior seria a remuneração para os depósitos, os quais fomentariam a expansão de ativos. Isso de fato funcionou por muito tempo. No entanto, o que se vê nessa fase é que de tanto estimulado, na década de oitenta, a necessidade legal de possuir reservas foi abolida. Isso favoreceu para que as reservas fossem reduzidas praticamente ao nível de depósitos, o que colocou em questão uma nova necessidade: administrar melhor os passivos (CHICK, 1994).

Um outro motivo para tudo isso, conforme Chick (1994), é o fato de que a evolução do sistema financeiro chegou a tal ponto em que a oferta de crédito se tornou problemática, já que, mesmo em momentos de crescimento econômico, a oferta pode acabar promovendo a inflação, o que aumenta os juros e, a longo prazo, um período de recessão econômica. No entanto, e se, por outro lado, os bancos tentam superar os juros altos e continuar impulsionando o crédito, como no Estágio IV, a regressão econômica pode ser ainda maior. Desse modo, em um mundo onde a oferta, a procura e a especulação são inconstantes, variáveis e voláteis. Portanto, a competitividade se desestabilizou, o que pode ser justificado por Victoria Chick:

Uma [...] interpretação, que me parece a mais adequada, aceita a possibilidade de que não exista uma solução competitiva estável e bem definida. Os mercados financeiros são diferentes dos mercados de bens: a demanda por empréstimos é finita apenas na ausência de "riscos morais", e não há garantia da ausência de riscos, especialmente quando se trata de empresas e governos, cuja extensão de vida é indefinida. A oferta de empréstimos também é um conceito problemático, na medida em que depende da avaliação dos riscos por parte do emprestador, e essa avaliação, não importa quão cuidadosa, está sujeita a um grande número de fontes de erro (incluindo a estimativa do "risco moral") (CHICK, 1994, p. 16).

Quanto a poupança, até o dado momento era levado em conta que ela era gerada por meio da geração de renda, que dependia dos lucros gerados pelos setores econômicos da sociedade, como comerciantes; o que, em outras palavras, segundo Chick (1994), diz que “o potencial para pagar depende da produção real”. Isso porque o produto desses investimentos voltaria facilmente aos bancos como depósitos, aumentando ainda mais a capacidade de eles concederem empréstimos. Entretanto, o que não foi levado em conta é como esses empréstimos seriam gastos, ou até mesmo, a quem seriam cedidos. Isso porque podem ser investidos em fontes não rentáveis, como consumo próprio de bens não duráveis (CHICK, 1994).

Seguindo o supracitado, houve um momento em que a “bolha” estourou e até mesmo o empréstimo deixou de expandir, pois os bancos enfrentaram uma grande recessão. Desse modo, houve uma busca intensa pela liquidez, assim como é explicitado na teoria pós-keynesiana: a partir desse momento a busca não seria necessariamente pela expansão financeira, mas também pelo lucro, seja qual for o momento. Assim como diz Chick,

Os bancos aprenderam a se tornar atraentes para os investidores não apenas na recessão, mas também em tempos melhores, a qualquer nível geral de taxas de juros. Isso aumentou grandemente sua capacidade para emprestar em todas as fases do ciclo econômico, gerando um viés inflacionário consistente no sistema econômico. Existem também, sem dúvida, forças inflacionárias "reais", mas seria equivocado ignorar a existência simultânea de causas financeiras (CHICK, 1994).

Não obstante tenha sido abordado neste estudo todos os estágios de desenvolvimento de Chick (1994), a partir dos estágios III e IV vão surgindo inovações financeiras que vão mudando os perfis dos bancos, que passam a ter posturas/comportamentos cada vez mais arriscados. Nos momentos de expansão do ciclo de crédito os bancos expandem sobremaneira a criação de moeda, gerando posturas financeiras cada vez mais instáveis e o sistema fica mais sujeito a possibilidades de não pagamento, de rupturas, e assim de corridas bancárias. É nesse contexto que Hyman Minsky, em obra de 1986, desenvolve a hipótese de fragilidade financeira.

Para o autor, na medida em que os bancos têm boas perspectivas de negócio, as inovações financeiras surgem das instituições que procuram formas de contornar as regras e restrições das autoridades monetárias, bem como da procura de financiamento externo para as suas atividades operacionais. Com isso, a base de reservas poderá aumentar naturalmente para atender à demanda pública de investimentos, desde que isso seja lucrativo para as instituições bancárias, levando-se em conta as exigências gerais de acesso à liquidez estabelecidas pelo Banco Central (PAULA; ALVES JÚNIOR, 2020).

Os bancos desempenham um papel fundamental na garantia das demandas de crédito das empresas durante a fase de expansão, mas na fase de desaceleração, quando adotam estratégias mais defensivas, ampliam a curva de desaceleração, contribuindo potencialmente para o surgimento de uma crise. Isso acontece porque as instituições bancárias passam a priorizar a liquidez, direcionando suas aplicações para atividades menos lucrativas, mas líquidas. Como resultado, eles se recusam a conceder crédito a seus clientes, potencialmente prejudicando a rolagem de dívidas por empresas não financeiras. Por outro lado, os bancos tentarão reduzir sua alavancagem, dando mais peso ao risco de insolvência, o que se traduzirá em maior cautela. Também tentarão minimizar a diferença de taxas e vencimentos entre suas operações ativas e passivas, enquanto também se tornam mais cautelosos com a aprovação de crédito e exigindo maiores cautelas (colaterais) neste tipo de operação (PAULA; ALVES JÚNIOR, 2020).

Em suma, dado que o crédito é um dos meios pelos quais as empresas podem garantir condições de financiamento para projetos de investimento, a análise pós-keynesiana destaca o papel da moeda e do crédito na determinação do nível de disparidade de renda. Como resultado, os bancos desempenham um papel crucial no sistema econômico, pois administram seus balanços para equilibrar liquidez e rentabilidade.

CAPÍTULO 2 - BANCOS, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE CRÉDITO NO BRASIL

Este capítulo tem como objetivo, apresentar o processo de desenvolvimento do setor bancário brasileiro aliado a um panorama da evolução do crédito no Brasil no período entre 2000 e 2020, destacando os fatores que permitiram sua expansão, dando ênfase aos condicionantes macroeconômicos, bem como às mudanças institucionais deste mercado. Antes de desenvolver essa discussão, é apresentada na primeira seção do capítulo a análise da atuação dos bancos privados e públicos na dimensão regional.

2.1. Atuação dos bancos privados e públicos em âmbito regional

O processo de consolidação do setor bancário no Brasil parece ter uma forte ligação com a teoria das economias centrais e periféricas, segundo a qual existe uma atuação bancária mais concentrada em localidades mais ricas, em específico para a região Sudeste, em comparação às demais regiões. De acordo com a abordagem pós-keynesiana, a lógica de mercado faz com que o crédito seja concentrado nas regiões centrais devido à maior estabilidade e menor incerteza (FREITAS; PAULA. 2010).

Na década de 1990, o setor bancário foi impulsionado por programas de reestruturação bancária (PROER e PROES), e pela entrada de bancos estrangeiros no mercado doméstico e a implementação das regras do Acordo da Basileia - tratado criado com o objetivo de regular o funcionamento dos bancos e instituições financeiras (FREITAS; PAULA, 2010).

A partir dessas transformações ocorreram mudanças significativas na estrutura competitiva dessas instituições e como consequência desse processo houve uma redução no número de bancos, aumento da participação de bancos estrangeiros, uma diminuição da participação de bancos públicos estaduais no setor bancário e certa tendência de concentração bancária, em particular no segmento privado (PAULA Et al., 2013). Seguindo a abordagem pós-keynesiana, desenvolvida no capítulo 1 desta monografia, é possível entender essa dinâmica em um contexto regional examinando como o processo de consolidação bancária tem impactado a distribuição e emissão de crédito regional desde a implantação do Plano Real.

Freitas Et al. (2010) examina os efeitos da concentração do setor bancário em termos de divergência ou convergência de crescimento regional. A autora aponta que os bancos com foco mais regional foram incorporados por bancos que tinham sua atuação mais restrita ao Centro-

Sul. Assim há uma tendência de expansão das restrições de liquidez para as regiões periféricas, o que limita seu crescimento e agrava as disparidades regionais.

No Brasil há um amplo reconhecimento de que as condições internas de crédito do país são inadequadas para atender às suas necessidades, tornando-o um obstáculo para o crescimento econômico de longo prazo. No entanto, com a consolidação do setor bancário e a consequente redução do número de agências e fechamento de escritórios/filiais nas periferias, a informação sobre as regiões periféricas tornou-se menos acessível aos bancos com sede nos centros, isso porque essas regiões são menos desenvolvidas economicamente e também muito dependente das economias de regiões centrais. Como a periferia tem um menor nível de desenvolvimento e mais insegurança, é razoável que os bancos estendam maior quantidade de crédito às regiões centrais, acelerando o processo de desigualdade.

Além de baixa, a relação crédito/PIB no Brasil revela diferenças significativas entre os estados. As regiões do Norte e Nordeste são historicamente consideradas menos dinâmicas e com baixa participação do crédito no PIB do país. Por outro lado, em um extremo diferente, a região Sudeste detém um percentual maior do crédito total do país. Desse modo, dentre as cinco regiões do país: Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sul e Sudeste, com exceção das duas últimas, os bancos públicos comportam-se de forma claramente distinta dos bancos privados, com uma ligação mais forte entre a sua presença e a emissão de crédito. Como podem afirmar Nogueira; Crocco Santos:

A análise desagregada por grandes regiões mostrou que a atuação dos BPs se mostrou diferenciada apenas para as regiões Norte e Sul. Na primeira, fica clara uma atuação dos BPs na concessão de crédito de longo prazo, mesmo que isto implique uma menor lucratividade. Já na região Sul, a atuação dos bancos oficiais se destacou por se correlacionar com empréstimos de curto prazo e maior lucratividade das agências (NOGUEIRA; CROCCO; SANTOS, p. 174, 2010).

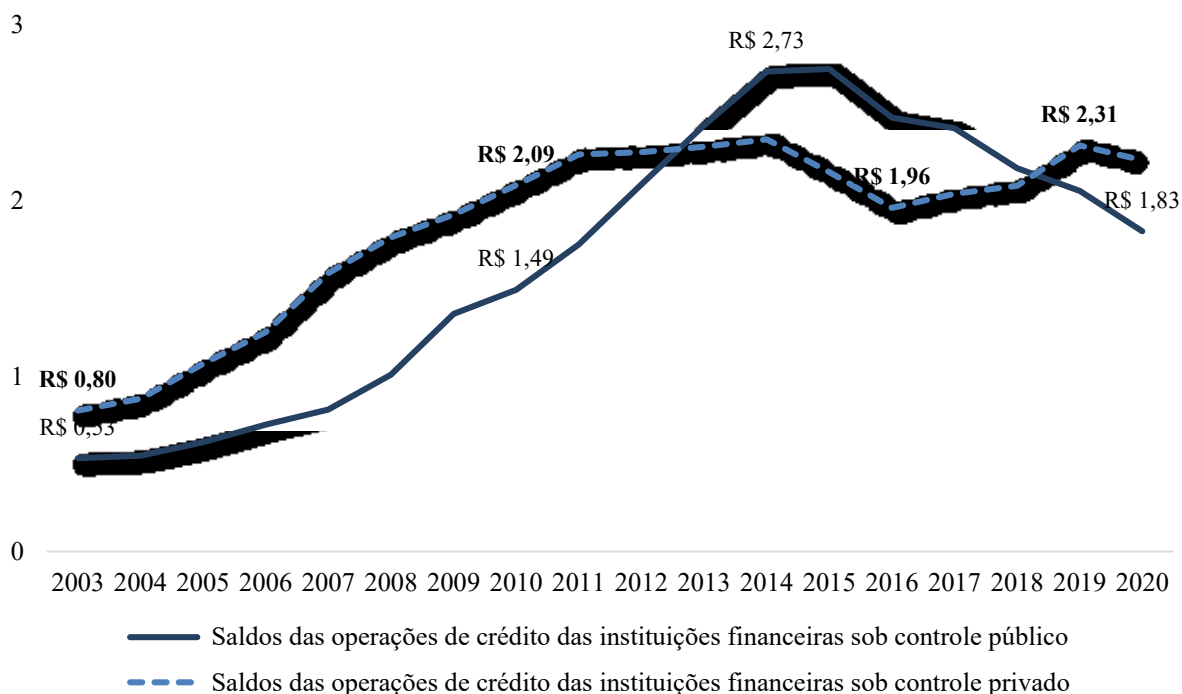
A preferência pela liquidez e o estágio de desenvolvimento dos bancos influenciam as ofertas de crédito, e as expectativas têm um impacto significativo na forma como os bancos tomam decisões. Considera-se, também, que os bancos e os tomadores de créditos se comportam de forma diferente dependendo de se localizarem em áreas periféricas ou centrais, onde o nível de informação, risco e disposição para investir ou correr riscos diferem, com foco nas preferências dos agentes por liquidez e aversão ao risco (FREITAS; PAULA, 2010).

Em função da maior preferência pela liquidez destaca-se a importância dos bancos públicos para as três regiões menos desenvolvidas do país - Norte, Nordeste e Centro-Oeste - pelo fato de que essas instituições possibilitam a participação do crédito nesses estados que não seria possível apenas com os bancos privados. Já os três maiores bancos privados - Itaú,

Santander e Bradesco - com atuação nacional, sua participação concentra-se ainda mais na região Sudeste quando comparada com as demais regiões do país. Nesta lógica, os bancos públicos têm papel social de agentes governamentais nas políticas públicas e a instalação de agências e postos de atendimento em áreas remotas e de baixa rentabilidade, também atuam para forçar a ampliação da oferta de crédito por meio da competição de mercado.

No gráfico 1 pode-se notar que após 2003 houve um crescimento expressivo no crédito até 2015. O sistema financeiro privado iniciou o processo de aumento de concessão de crédito, mas, em um segundo momento, a atuação dos bancos públicos foi fundamental após 2008 ao atenuar a tendência à queda na oferta de crédito com recursos livres¹ e aumentar o direcionado². Vale ressaltar que a economia brasileira na década anterior apresentava um baixo patamar de crédito em termos de percentual do PIB quando comparada a outros países; portanto, havia espaço para elevar a oferta de crédito.

Gráfico 1: Saldo das operações de crédito das instituições bancárias sob controle público e privado em milhões de reais, período de 2003 a 2020.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN/ESTBAN.

¹As instituições têm autonomia sobre a forma de utilização dos recursos que elas captam no mercado.

²Seguem as regras do Conselho Monetário Nacional para proceder com as operações, e os recursos advêm de captações de poupança, depósitos à vista e fundos de programas públicos.

Dessa maneira, acredita-se que o novo ambiente de concentração do setor bancário resulta em mudanças na tomada de decisão de crédito, pois reflete a distinção entre regiões centrais e periféricas. Assim, apesar de seu papel essencial no desenvolvimento econômico, o sistema bancário pode reforçar e perpetuar as disparidades regionais.

Portanto, com base na teoria pós-keynesiana que atribui importância crítica ao impacto da moeda e dos bancos no desenvolvimento regional, é possível perceber que o processo de reorganização do setor bancário no Brasil, ao provocar mudanças significativas nas estratégias e comportamentos dos agentes do sistema financeiro, contribuiu na formação das desigualdades econômicas entre os estados do país, já que instituições bancárias ofertam crédito de maneira distinta entre regiões mais desenvolvidas e menos desenvolvidas. Nesse contexto, acredita-se que os bancos públicos protagonizem a oferta de crédito nas regiões menos dinâmicas.

2.2. Sistema bancário brasileiro e a evolução do mercado de crédito

Ao examinar as mudanças ocorridas no Brasil após a implantação do Plano Real, observa-se que o sistema bancário foi obrigado a mudar seu modelo de financiamento, substituindo as receitas inflacionárias por receita financeira, serviços e receitas tarifárias. Grosso modo, o sistema demonstrou agilidade e se adaptou rapidamente ao novo modo de operação.

A reestruturação decorrente do Plano Real se traduziu também pela acentuada redução da participação do setor financeiro no PIB. Houve, ainda, alterações na participação relativa de várias categorias de bancos, de modo especial uma redução significativa dos bancos públicos estaduais e principalmente do Banco do Brasil em contraste com um aumento não menos significativo dos bancos estrangeiros. O que se verifica a partir da reestruturação bancária foi um sistema bancário mais concentrado, mais internacionalizado e mais fortalecido (PAULA; OREIRO; BASÍLIO, 2013).

Cabe destacar que quanto ao volume de crédito e de operações de arrendamento mercantil que o crédito bancário está concentrado em apenas cinco bancos. Levando-se em conta que dois desses cinco bancos estão sob controle estatal, fica clara a importância das políticas públicas de crédito na determinação da dinâmica do mercado. Ainda mais após o período da crise financeira que exacerbou a concentração bancária do país.

A crise do *subprime*, que se tornou crise financeira internacional em 2008, gerou efeitos prejudiciais às economias mundiais. No Brasil, a economia brasileira estava em um cenário de

pico, ao completar um período sequencial de seis trimestres de crescimento em aceleração, as empresas estavam num bom momento, produzindo e planejando novos investimentos. Com isso, o crédito bancário era indispensável. No entanto, quando a crise estourou, o primeiro efeito sentido pelo Brasil foi uma crise de crédito em escala global.

Além do impacto na disponibilidade de crédito, a crise financeira teve um impacto significativo no valor da moeda brasileira e nos fluxos de capitais do país. A crise financeira internacional se agravou, gerando temores de um risco que resultou em uma fuga generalizada de capitais e uma desvalorização significativa de moedas em economias periféricas, incluindo o Brasil. Neste contexto, os ativos e a moeda brasileira consolidaram-se como alvo para desalavancagem e fuga de investidores.

Em meados de 2003, iniciou-se no Brasil um aumento modesto e sustentado do crédito bancário. Em particular, durante a fase mais rápida da expansão do crédito (medida de 2003 a setembro de 2008), temos as seguintes características do boom de crédito: absorção do crédito pelo setor privado (quase completa), predominância de um *funding* doméstico e, por fim, o maior dinamismo dos bancos privados nacionais em relação aos demais (PAULA; OREIRO; BASÍLIO, 2013).

Diante da perspectiva de maior rentabilidade e mercado interno mais forte, os bancos passaram a investir na expansão do crédito, primeiro no crédito à pessoa física e depois pessoa jurídica, impulsionado pelo aumento da demanda por crédito quanto por *spreads* ainda bastante elevados. Já a partir dos anos de 2007, o crescimento constante da economia, determinado pelo crescimento do mercado interno, acelerou a produção corporativa e as decisões de investimento, aumentando a demanda por crédito corporativo, atendida em parte pelo setor bancário de destaque (capital de giro) e em parte pelo BNDES (financiamento de longo prazo). O governo respondeu rapidamente com uma série de medidas anticíclicas, que provavelmente contribuíram para a desaceleração da taxa de crescimento do crédito até o final de 2008.

Além disso, outro fator contracíclico fundamental para a desaceleração maior no crédito foi o comportamento do crédito direcionado e o papel dos grandes bancos públicos federais, em função do seu peso no mercado bancário. O comportamento dos bancos públicos no mercado de crédito, principalmente os maiores, como: BNDES, Banco do Brasil e CEF, vinham aumentando sua taxa de crescimento de empréstimos no boom do crédito, porém se comparado aos bancos privados nacionais estava bem abaixo. Os bancos privados nacionais tiveram segmento mais dinâmico do setor bancário, enquanto o sistema financeiro público teve redução

na sua participação relativa no total de crédito do sistema financeiro, porém tendo forte crescimento após a crise (PAULA; OREIRO; BASÍLIO, 2013).

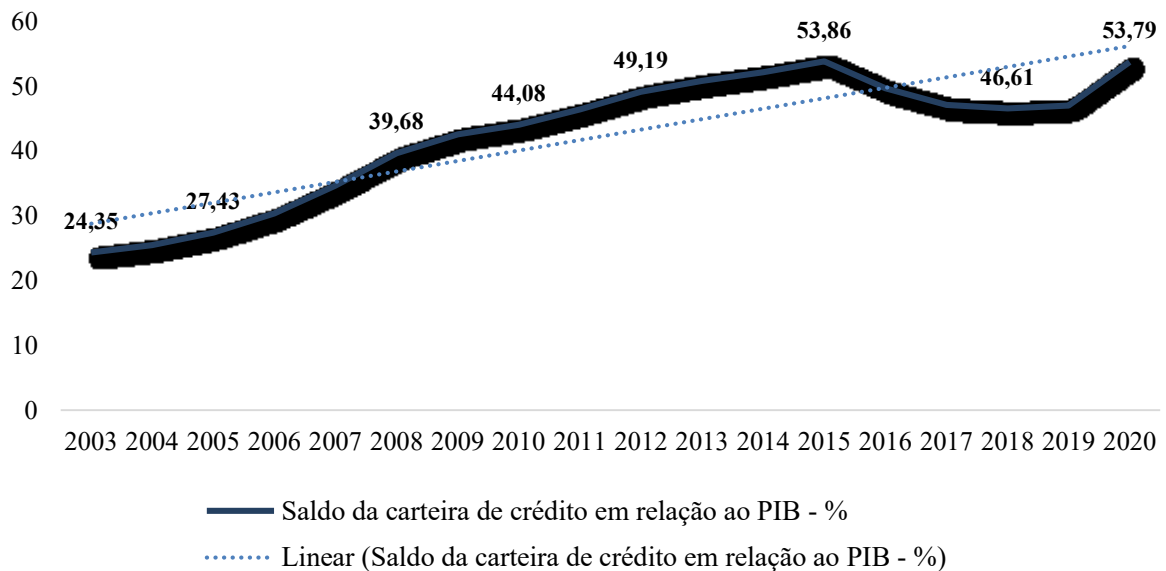
Em resumo, os bancos públicos oferecem crédito direcionado, seja para indústria, construção civil ou agricultura. Com isso em mente, fica claro que as operações de crédito desses bancos públicos foram fundamentais para o crescimento do período, como evidenciado pelo fato de que, a partir de 2008, o crédito direcionado experimenta um crescimento acelerado, enquanto o crédito livre cresce a taxas inferiores. Ou seja, durante o período entre 2008-2009, uma importante ação anticíclica dos bancos públicos contribuiu para a manutenção da oferta de crédito. Entretanto, em 2010, observou-se a retomada do crescimento e do crédito privado, com aumento dos recursos livres e direcionados.

Após 2013, nota-se no mercado interno um movimento de aumento da taxa de juros para combater a inflação e quanto à oferta de crédito houve uma redução dos recursos livres, enquanto os direcionados se mantiveram constante até 2015. Isso se deve a uma crise de crédito decorrente do crescimento lento da economia, das alíquotas de impostos mais altas e de um nível mais alto de endividamento entre empresas e famílias.

Diante do que foi exposto pode-se afirmar que a partir de 2003 os bancos passaram a atuar no sentido de expandir suas operações de crédito – o gráfico 2 ilustra essa tendência de expansão do crédito nos períodos de 2003 a 2020. Como pode ser visto a relação crédito/PIB sai de patamares de menos de 30% em 2003 chegando a quase 50% do PIB em 2013. Tendo como base o período 2003-2015 é possível dividir em duas partes: a primeira, iniciada em 2003, avalia desde o primeiro mandato do presidente Lula até a deflagração da crise financeira internacional, em 2008. Já a segunda parte se inicia logo após a instauração da crise do *subprime* e se encerra em 2015, ano em que uma nova crise no Brasil, porém dessa vez com origem doméstica.

Sendo assim, traçando uma linha geral entre os dois intervalos, notou-se que o crédito desempenhou um papel fundamental na dinâmica da economia. Em primeiro lugar, a variação nominal do estoque de crédito demonstra que ele foi amplamente utilizado na economia, pois ele passou de 24,4% do PIB em 2003 para 53,9% em 2015. Na mesma linha, o PIB apresentou um crescimento em torno de 30% no período, o que significa uma média de aproximadamente 3% a.a.

Gráfico 2 - Saldo da carteira de crédito em relação ao PIB em porcentagem, período 2003-2020.

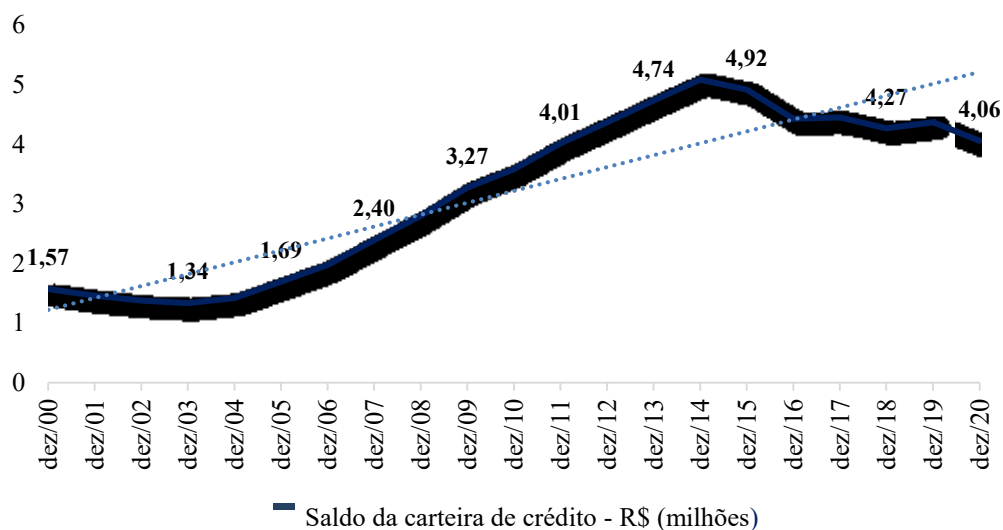


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN/ESTBAN.

Deste modo, tanto em comparação com o PIB quanto em termos absolutos o período 2003-2015, as variações da carteira de crédito apresentaram indícios de uma influência direta sobre a variação positiva do PIB. Com isso, o crédito tornou-se um fator crucial na estratégia de desenvolvimento do governo brasileiro nesse período analisado. Dada a participação do consumo das famílias no crescimento do PIB e a expansão do consumo como indutor do investimento, principalmente durante o segundo mandato de Lula como presidente do Brasil, é possível até dizer que o país teve uma fase de crescimento durante este tempo (BRANDÃO, 2021).

No gráfico 3 abaixo é mostrado o saldo final das operações de crédito estipulado no Sistema Financeiro Nacional que inclui operações contratadas no segmento de crédito livre e no segmento de crédito direcionado.

Gráfico 3: Saldo da carteira de crédito em milhões de reais, período de 2000-2020.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BACEN/ESTBAN.

É possível evidenciar uma expressiva expansão do crédito ao longo dos anos, porém depois de 2015 se observa uma ruptura com o modelo de crescimento observado entre 2003 e 2015. Nessa fase, nota-se uma mudança significativa no regime de crescimento, com maior destaque para as políticas de austeridade fiscal, como consequência do novo regime, os bancos públicos deixam de ter um papel anticíclico, resultando em redução do crédito direcionado. Ou seja, há uma redução no crédito às pessoas jurídicas, em função dos recursos limitados do BNDES, enquanto os recursos direcionados como crédito rural e programa de habitação ficam estagnados.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE EMPÍRICA DA DINÂMICA DE CRÉDITO EM MINAS GERAIS

Neste capítulo, subdividido em três seções, o intuito é mostrar a metodologia para a construção da base de dados, observando a dinâmica da expansão de crédito do sistema bancário em municípios selecionados, de forma a observar as diferenças entre regiões centrais e periféricas do estado de Minas Gerais. Na segunda parte, os indicadores utilizados serão explicados, e após isso, será destacada a dinâmica do crédito comparando instituições públicas e privadas.

3.1 Fonte de dados

Os dados utilizados nesta etapa do projeto foram retirados da base de dados do Banco Central do Brasil (BACEN), juntamente com as séries de dados correspondente às estatísticas bancárias mensal por município (ESTBAN). Os dados contábeis utilizados no saldo (ESTBAN) são informados a partir de informações das instituições financeiras participantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN), e os municípios informados são identificados pela mesma nomenclatura dada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os conceitos dispostos são feitos através de nomenclaturas conhecidas como verbetes. Esses dados contábeis, além de servirem para estudos macroeconômicos, são primordiais para a classificação das agências em função da praça em que estão instaladas. Neste estudo serão escolhidos alguns dados pertencentes dos ativos e dos passivos bancários devido ao nível de interesse, no entanto, o quadro geral contempla os seguintes dados conforme Tabela 1.

Conforme visto no capítulo anterior, é possível afirmar a discrepância que existe na distribuição do crédito nos estados brasileiros. Em virtude disso, como este estudo foi inteiramente dedicado a observar a dinâmica de crédito no território de Minas Gerais, foram selecionados os indicadores para comparar a dinâmica de centro-periferia – município central e município periférico. Assim, selecionamos o município onde está situado a Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, e um município periférico do seu entorno, Ituiutaba. Além deles, selecionamos –o município de Belo Horizonte, por ser a capital do estado e, da mesma forma, um município periférico do seu entorno, Brumadinho. A partir das informações coletadas dos verbetes, este estudo se concentrará em analisar aquelas que são relevantes para a dinâmica de crédito e para as estratégias bancárias nestes espaços.

Tabela 1 -Conceitos Utilizados: Estatísticas Bancárias Mensais por Município.

DATA_BASE	Base a que se referem as informações
UF	Unidade federativa a qual o município pertence
CODMUN	Codificação interna deste Banco Central do Brasil para cada município
CODMUN_IBGE	Codificação do IBGE para cada município
MUNICIPIO	Nome do município
CNPJ	Raiz do número do CNPJ da Instituição Financeira
NOME_INSTITUICAO	Nome da Instituição Financeira
AGENCIA	Apresentado somente no arquivo por agência, é o CNPJ da referida agência
AGEN_ESPERADAS	Apresentado somente no arquivo por município, é a quantidade de agências esperadas da Instituição Financeira no município
AGEN_PROCESSADAS	Apresentado somente no arquivo por município, é a quantidade de agências processadas da Instituição Financeira no município
VERBETES (110 a 907)	Indicam cada um dos itens da Estatística Bancária Mensal e representam a aglutinação de saldos do balancete da data-base correspondente

Fonte: BACEN/ESTBAN. Elaboração Própria.

Dessa maneira, a partir da tabela 1 foram selecionadas as rubricas que incluem a soma dos saldos das seguintes contas do ativo: a) operações de crédito; b) empréstimos e títulos descontados; c) financiamentos; d) financiamentos rurais agrícolas destinados ao custeio e investimento; e) financiamentos rurais pecuários destinados ao custeio e investimento; f) financiamentos rurais agrícolas comercializados; g) financiamentos rurais pecuários comercializados; h) financiamentos agroindustriais e rendas financiamentos rurais agroindústrias; i) financiamentos imobiliários (habitacional, não habitacional, infraestrutura e desenvolvimento; j) Outras operações de créditos (financiamentos que não se enquadram nas classificações anteriores). Essa soma representa a oferta de crédito de maneira ampla pelas instituições bancárias.

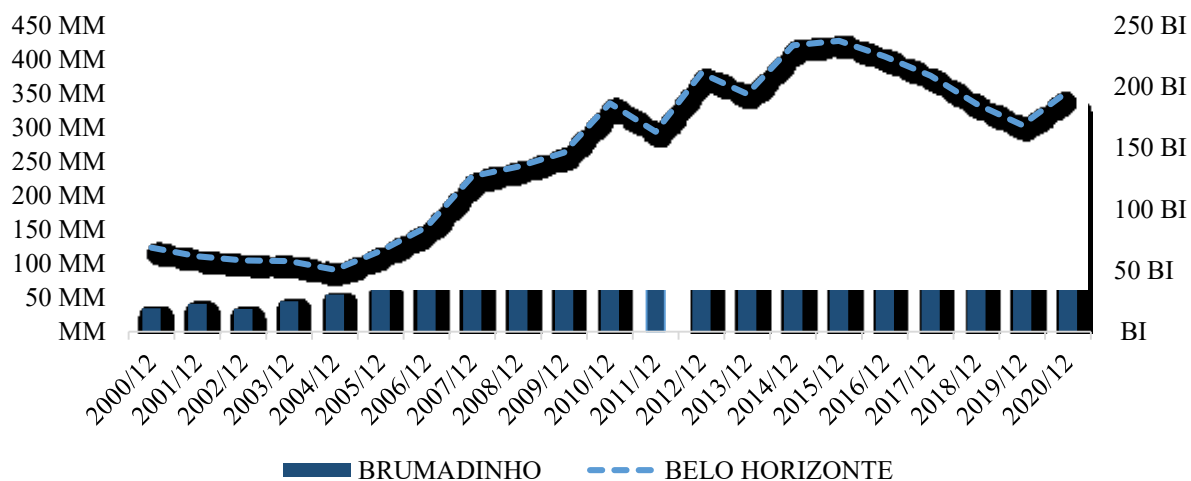
Em complemento a esses dados, foram coletados os valores referentes aos saldos das operações de crédito total (Minas Gerais) e do produto interno bruto (PIB) a preços correntes, com o intuito de identificar e analisar o comportamento distributivo das operações de crédito. Além disso, é feita uma análise também por instituições bancárias públicas e privadas: Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), sendo os bancos públicos (BP) federais com carteira comercial atuantes no sistema financeiro, e o Bradesco, Itaú Unibanco (Itaú) e Santander como os bancos privados principais priorizados para a análise individualizada.

3.2 Indicadores Analisados

Com o objetivo de analisar a evolução do crédito nos municípios centro-periferia selecionados, considerando os dados mensais deflacionados – utilizado ano base (2020) - de dezembro entre os anos 2000 a 2020, foram construídos quatro indicadores, um para cada município, que abarcam a soma total desde as operações de crédito até outras operações de crédito de cada município escolhido, a fim de comparar: Belo Horizonte e Brumadinho; Ituiutaba e Uberlândia.

Quando se faz a comparação das regiões centro-periferia pode-se notar que as regiões periféricas são sempre inferiores quanto ao volume de crédito que dos centros urbanos. Isso pode ser explicado porque o centro representa regiões comerciais mais prósperas, com mercados financeiros mais ativos e maior estrutura econômica produtiva. A periferia refere-se a uma economia menos estabilizada que depende fortemente de sua relação com o centro, além de ter menos prestadores de serviços concentrados ali. Como resultado, há uma tendência de concentração bancária nos centros, em linha com a argumentação teórica desenvolvida no capítulo 1.

Gráfico 4: Operações de crédito entre Belo Horizonte e Brumadinho (2000 – 2020).



Fonte: BACEN/ESTBAN. Elaboração Própria.³

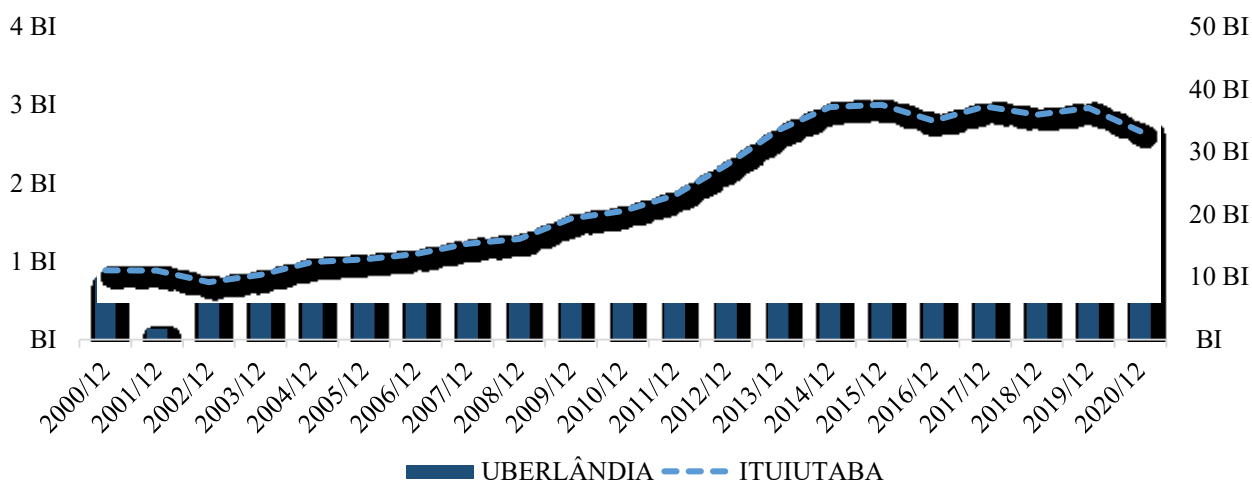
O gráfico 4 mostra o comportamento das operações de crédito dos municípios Belo Horizonte e Brumadinho no período compreendido desta pesquisa, conforme visto as operações

³As operações de crédito estão em milhões de Reais para Brumadinho no eixo principal e em bilhões de Reais para BH no eixo secundário.

de crédito de Belo Horizonte é bem maior com uma evolução por bilhões de reais do crédito, enquanto que Brumadinho tem uma evolução muito inferior representado por milhões de reais. Porém, é importante salientar que apesar das diferenças em volume sendo um ponto favorável a cidade da capital se observar a taxa de crescimento de cada município, Brumadinho acaba levando ampla vantagem, atingindo sua oferta de crédito em 881% enquanto, Belo Horizonte aumentou em apenas 185%. Pode-se observar o município de Brumadinho no ano de 2019, período em que as operações de crédito obteve um aumento considerável comparado ao ano anterior, pois a cidade enfrentou um desastre ambiental, a qual destruiu a comunidade o que consequentemente as instituições bancárias aumentaram sua oferta de crédito para as famílias.

Um ponto de conexão é de que em ambas as cidades o ano de 2015 foi marcado como fim do ciclo de expansão e dando espaço as variações da oferta até o ano de 2020 quando se encerra a pesquisa.

Gráfico 5: Operações de crédito entre Uberlândia e Ituiutaba (2000 – 2020).



Fonte: BACEN/ESTBAN. Elaboração Própria.⁴

Já no gráfico 5, que compara Uberlândia e Ituiutaba, a discrepância nos valores seguem a favor do centro. A partir do ano de 2005 é notório o crescimento da oferta de crédito, com o município de Ituiutaba fechando o ano com valor de R\$1,025 bilhão de reais e Uberlândia com R\$11,724 bilhões de reais. Analisando o período de 2005 a 2015 se encerra um ciclo contínuo de crescimento para ambas as cidades. Um ponto importante é que a porcentagem de crescimento

⁴As operações de crédito estão em bilhões de Reais para Uberlândia no eixo principal e em bilhões de Reais para Ituiutaba no eixo secundário.

das duas se encerra com uma margem muito próxima, sendo Ituiutaba finalizando com 193% de crescimento (R\$1,05 bilhão de reais para R\$3,0 bilhões de reais) e Uberlândia (R\$ 11,7 bilhões de reais para R\$ 34,8 bilhões de reais) com uma taxa de crescimento de 197%.

Outro fator que merece destaque é que no ano de 2015, Uberlândia tem uma queda na oferta de crédito em relação ao ano anterior, ao contrário do que acontece em Ituiutaba que durante dez anos consecutivos teve crescimento. Esse fato talvez seja explicado, pois as regiões centrais começaram dar indícios de declínio na oferta de crédito devido à crise econômica, algo que a cidade de Ituiutaba só passa a sentir no ano seguinte onde se quebra o ciclo de crescimento. Após uma década de expansão expressiva da oferta de crédito, a partir de 2016 a 2020 não há grandes oscilações nessa oferta de crédito.

Por meio da série de dados sobre as distribuições regionais e estaduais dos recursos das operações de crédito e da atividade produtiva nos municípios para a região de Minas Gerais, foram construídos um indicador relacionado ao nível de concentração do mercado de crédito e a produção (PIB), denominado como Quociente Locacional do Crédito (QLC), conforme apresentado por Oliveira e Araújo (2019). O QLC é determinado pela divisão da participação regional ou estadual no valor bruto das operações de crédito pela participação regional ou estadual no PIB. Assim, a obtenção de um elevado QLC em determinada região indica se o município é concentrador de crédito ou de produção da atividade. A equação pode ser descrita como:

$$QLC = \frac{C_i/C_j}{P_i/P_j}$$

Sendo:

C_i : saldo das operações de crédito na região/estado i;

C_j : saldo total das operações de crédito no país/região j;

P_i : valor da produção (PIB) na região/estado i;

P_j : valor total da produção (PIB) no país/região j.

Ao utilizar o QLC como indicador locacional, é possível verificar o nível de concentração relativa da atividade de operações de créditos nos municípios em relação à atividade produtiva na região de Minas Gerais. Assim, se $QLC > 1$, significa que a atividade está relativamente concentrada no município, se comparado à unidade territorial de referência, neste caso, onde se tem situações de “*sobre-fomento*”. Se $QLC < 1$, significa que não existe concentração da atividade, se comparado ao Estado, onde se tem situações de “*sub-fomento*”.

De maneira análoga, se $QLC = 1$, significa que a concentração observada no município é igual à concentração existente na região de referência.

Dado que o problema das desigualdades regionais pode ser levado em função da dimensão financeira do país, conforme teoria desenvolvida no capítulo 1, o QLC é necessário para contribuir para a melhoria das desigualdades econômicas e sociais que atualmente assolam a economia brasileira. Isso resultaria em uma situação de “*sobre-fomento*” nas regiões menos desenvolvidas, com aquelas que detêm economias de posição central, recebendo recursos de financiamento em menor proporção. Assim, consideram-se ganhos contínuos com taxas mais pertinentes aos indicadores das regiões periféricas, de modo a tentar se igualar às regiões mais centrais, e então obter um ambiente econômico mais favorável. Entretanto, o que acontece é a ausência desta colaboração nas regiões mais precárias, que contribui para a reprodução do ciclo vicioso subjacente a estas disparidades. Com o objetivo de facilitar a visualização e comparação dos resultados obtidos, as informações sobre os diversos quocientes de localização foram construídas na tabela 2.

Tabela 2 - Participação regional no crédito/participação regional no PIB (QLC), período de 2000 a 2019

Quociente Locacional do Crédito				
Anos	Belo Horizonte	Brumadinho	Ituiutaba	Uberlândia
2000	2,93	0,10	1,07	1,29
2001	2,98	0,16	1,24	1,15
2002	2,94	0,14	1,15	1,41
2003	3,00	0,14	1,15	1,32
2004	2,67	0,19	1,47	1,64
2005	2,94	0,14	1,35	1,64
2006	3,05	0,17	1,18	1,60
2007	3,26	0,24	0,12	1,43
2008	3,39	0,23	1,03	1,37
2009	3,03	0,27	0,81	1,27
2010	3,41	0,18	0,76	1,29
2011	5,07	0,16	0,89	1,49
2012	3,10	0,17	0,90	1,25
2013	2,35	0,13	1,04	1,31
2014	2,47	0,13	1,03	1,25
2015	2,60	0,22	1,04	1,13
2016	2,74	0,22	0,54	1,05
2017	2,73	0,19	1,19	1,14
2018	2,70	0,15	1,38	1,18
2019	5,39	0,48	2,73	2,89

Fonte: Banco Central/ESTBAN e IBGE/Contas Regionais. Elaboração Própria.

Observando os dados da tabela 2, o que se tem, do ponto de vista do fomento a atividade produtiva é um movimento já esperado. Nas regiões centrais o resultado do QLC é dado por regiões de “*sobre-fomento*” identificado por: Belo Horizonte e Uberlândia. E “*sub-fomento*” na região periférica de Brumadinho. Enquanto, a região de Ituiutaba obteve oscilações nos anos de 2007, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2016, quando aconteceu um movimento de “*sub-fomento*”.

Nos dezenove anos de análise representados pela tabela, somente no ano de 2019 acontece um fato atípico, quando todos os quatro municípios têm um crescimento comparado aos anos anteriores. Ainda que Brumadinho não tenha atingido seu $QLC > 1$, as outras três cidades têm um crescimento relevante no ano de 2019, sendo que todas dobraram seu valor em comparação a 2018. É possível identificar na tabela acima que de acordo com os quatro municípios analisados temos que o QLC é muito discrepante entre Belo Horizonte e Brumadinho. Já analisando Ituiutaba e Uberlândia quase não há grandes diferenças.

Deste modo, a conclusão que se chega é que os resultados não mostram nada de diferente aquilo apresentado pela teoria, os municípios analisados – Belo Horizonte e Ituiutaba seguem a tendência das condições das desigualdades regionais, seja do ponto vista produtivo ou financeiro. Enquanto que, os valores da tabela entre Uberlândia Ituiutaba não mostram resultados tão discrepantes quando comparados as outras duas cidades, mas ainda assim, é evidente destacar que Uberlândia por ter um grande volume populacional, além de ser o segundo maior município mineiro com Produto Interno Bruto (PIB) acima de R\$1 bilhão segundo dados do IBGE (2021), acaba sendo uma região central quando comparada à uma região intermediária, no caso deste estudo, Ituiutaba.

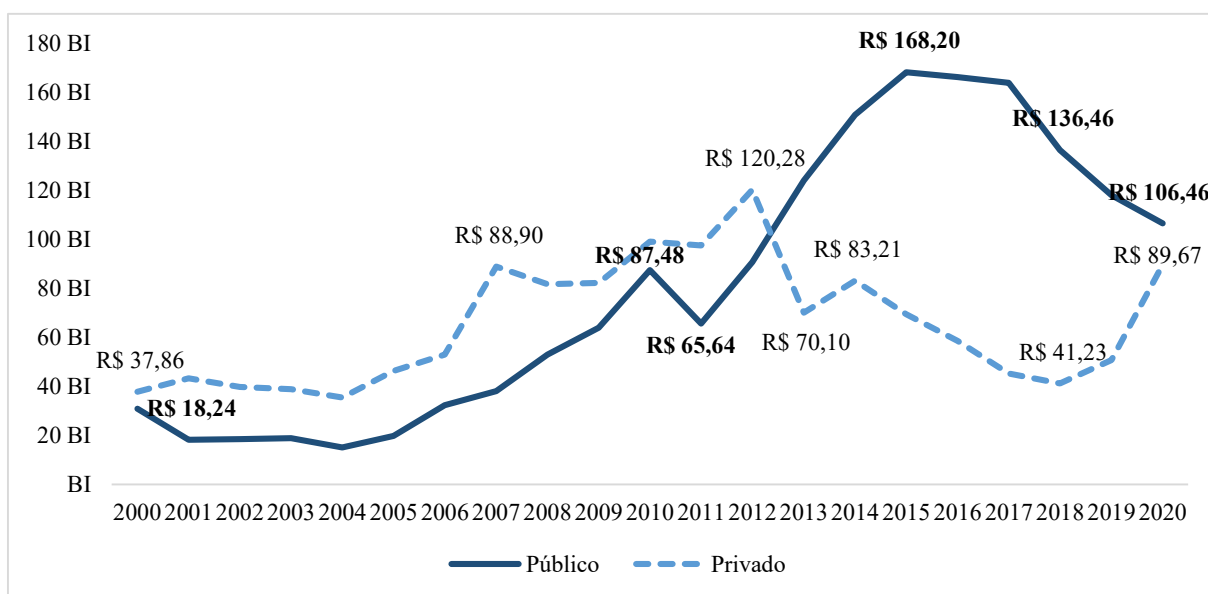
3.3 Dinâmica do crédito entre bancos públicos e privados

Após observar tendências mais gerais na distribuição de crédito bancário da região entre a dimensão do PIB nos municípios, esta seção será dedicada para analisar o comportamento das instituições bancárias públicas e privadas. O intuito é complementar a análise da dinâmica da oferta de crédito no estado de Minas Gerais com a investigação do comportamento dos bancos públicos e privados, pois se entende – conforme desenvolvido no capítulo 1 – que a oferta de crédito via bancos públicos sustenta a dinâmica do crédito em momentos de queda do ciclo econômico. Assim, pretende-se observar essa dinâmica nos municípios selecionados para verificar se esse comportamento se difere nas distintas dinâmicas territoriais também.

Analisando o gráfico 6, observa-se que no começo os bancos privados têm um papel principal na oferta de crédito em BH mantendo essa regularidade por treze anos com poucas

“ameaças” de aproximação do setor público. No entanto, o ano de 2013 é a virada de chave quando os bancos públicos tomam a dianteira na liberação de oferta de crédito e os bancos privados reduzem significativamente o montante liberado. Essa dinâmica é semelhante ao comportamento nacional, mas aqui estamos verificando essa dinâmica em nível municipal e o que se observa é que essa discrepância é maior nesse nível. Outro ponto é que de 2013 até 2019 nota-se no gráfico um grande intervalo dos valores liberados pelos bancos públicos em comparação aos bancos privados. Existem alguns anos que contribuem para essa discrepância, por exemplo, nos anos como 2016 e 2017, quando a diferença foi na casa dos 100 bilhões anuais do montante liberado pelo setor público bancário.

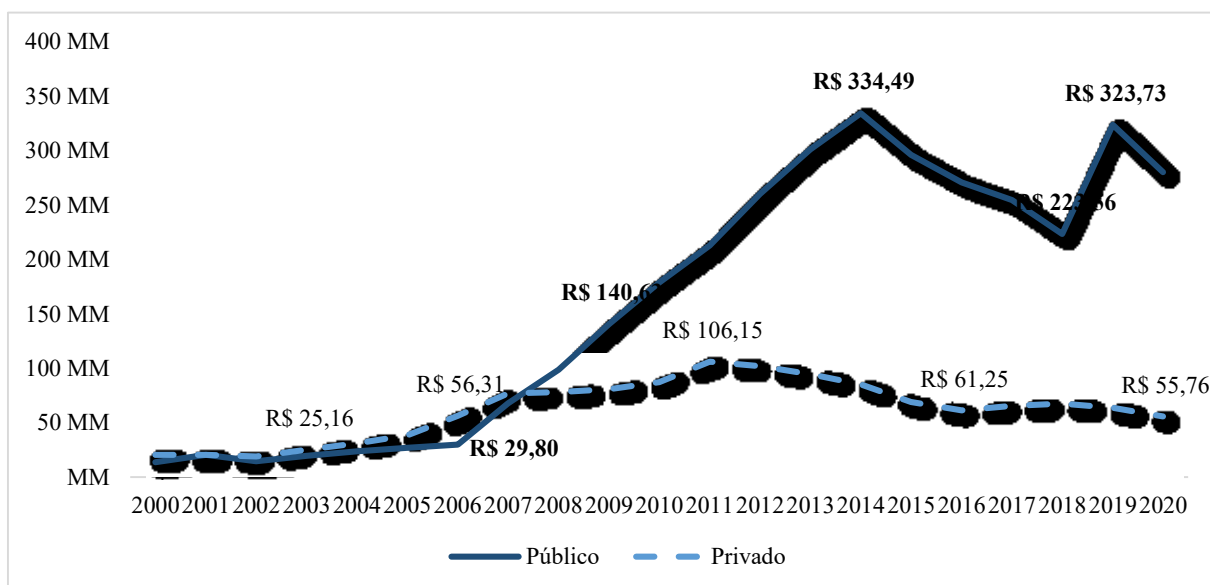
Gráfico 6: Bancos públicos X bancos privados em Belo Horizonte (2000 – 2020).



Fonte: BACEN/ESTBAN. Elaboração Própria.

No caso de Brumadinho, conforme gráfico 7, podemos analisar que os bancos privados mantêm uma estabilidade no montante liberado e há uma pequena queda a partir do ano de 2014, quando a oferta se mantém em declínio até 2020. Ao observar a situação dos bancos públicos é possível perceber uma política totalmente diferente, sendo que partir de 2004 a linha cresce exponencialmente atingindo seu pico em 2014, ultrapassando a casa dos 300 milhões de reais. Logo após o recorde vem quatro anos seguidos de queda que se encerram no ano de 2019 onde novamente o montante ultrapassa os R\$ 300 milhões de reais.

Gráfico 7: Bancos públicos X bancos privados em Brumadinho (2000 – 2020).

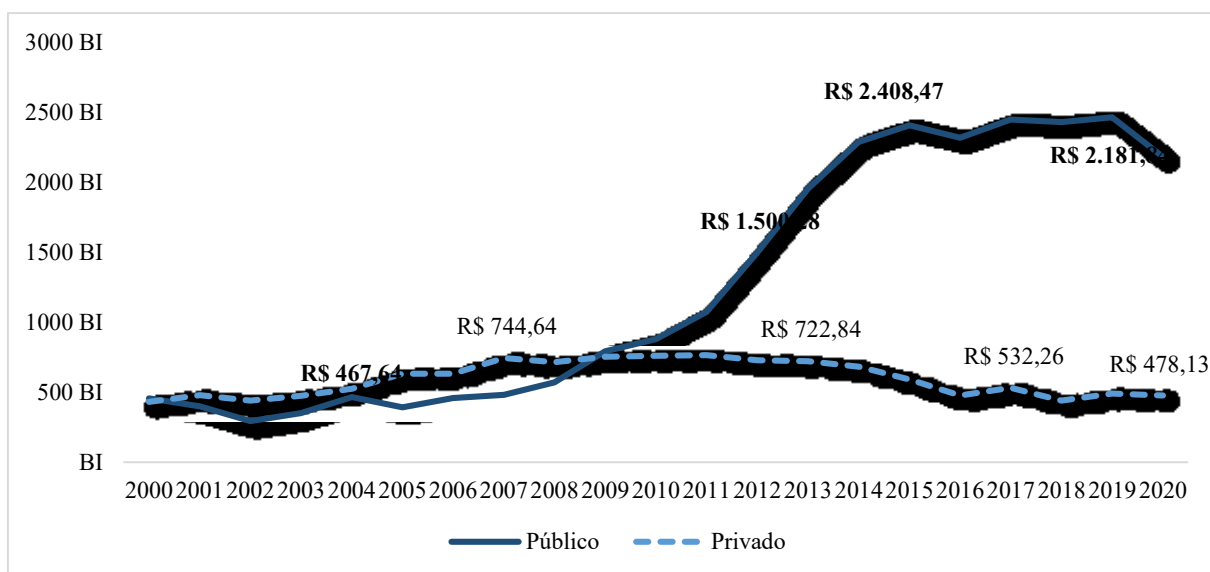


Fonte: BACEN/ESTBAN. Elaboração Própria.

Ao comparar os gráficos de BH e Brumadinho nota-se uma divergência na maneira que foi ofertado o crédito ao longo dos últimos vinte anos. Enquanto em BH tanto público quanto privado seguiu uma linha crescente até o ano de 2010 e após isso, o crédito ofertado foi muito maior nos bancos públicos. E no caso de Brumadinho até 2008 pela análise, a dinâmica do crédito nos dois municípios não foi diferente entre de bancos públicos e privados e após isso, as instituições privadas praticamente não cresceram comparada às públicas.

Em Ituiutaba, no gráfico 8, em 2000 a oferta de crédito dos bancos públicos e privados são bem semelhantes, com uma pequena vantagem do setor privado. Nos anos de 2005 até 2008 o setor privado consegue se desgarrar um pouco ofertando 70% do volume total durante esse curto período. Já a partir de 2009 os valores ficam muito alinhados e permanecem até 2010 e dos anos em diante o setor público abre larga vantagem que pode ser vista pelo intervalo entre as linhas do gráfico. Em 2014 a oferta dos bancos públicos ultrapassa o valor de R\$ 2 bilhões de reais muito acima dos R\$ 683 milhões de reais ofertados pelas instituições privadas, essa discrepância permanece presente até os anos de 2020.

Gráfico 8: Bancos públicos X bancos privados em Ituiutaba (2000 – 2020).

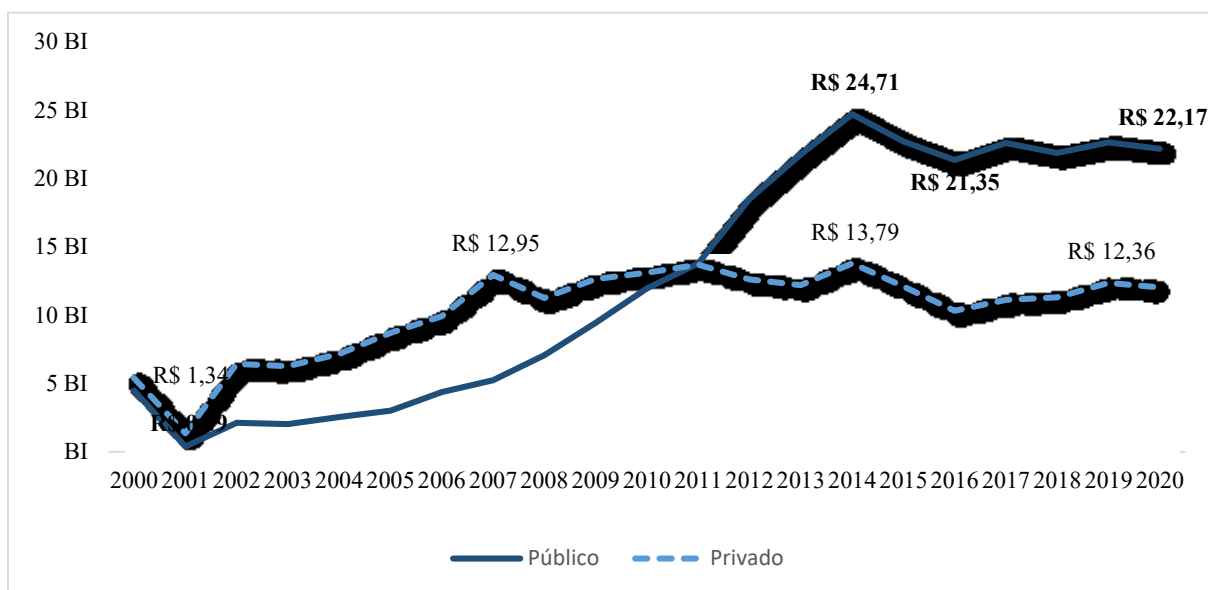


Fonte: BACEN/ESTBAN. Elaboração Própria

Em Uberlândia, conforme gráfico 9, o setor privado mantém uma regularidade com crescimento nos primeiros anos de análise e se mantendo ativo até 2020. Existem poucos pontos de grandes oscilações, mas o que vale destacar é o ápice no ano de 2014 que mesmo atingindo a casa dos R\$ 13.7 bilhões de reais ficou atrás dos bancos públicos que ofertaram R\$ 24.7 bilhões de reais no ano em questão.

Os bancos públicos tiveram papel secundário até o ano de 2011, ano no qual tomam a dianteira após mais de uma década atrás dos valores ofertados pelos bancos privados. Após 2011 a distância em relação aos valores só aumentam com grande injeção por parte dos bancos públicos, fazendo criar um intervalo no gráfico 9, durante nove anos consecutivos. O ápice foi em 2014, quando o setor público conseguiu emplacar seu maior montante na casa dos R\$ 24 bilhões de reais, como foi possível identificar, o ano de 2014 foi o que teve maior oferta de crédito, chegando aproximadamente em R\$ 38 bilhões de reais na soma do setor público e privado.

Gráfico 9: Bancos públicos X bancos privados em Uberlândia (2000 – 2020).



Fonte: BACEN/ESTBAN. Elaboração Própria.

Em geral, acerca das análises feitas nos quatro gráficos, esse distanciamento das instituições representado nos gráficos é causado principalmente pelas práticas de distribuição de crédito adotadas por instituições privadas, que priorizam aplicações financeiras menos arriscadas e concentram operações de crédito nas regiões mais desenvolvidas. Além disso, o que levou os bancos privados a reduzirem suas alocações de oferta de crédito nas regiões durante os anos de crise econômica, como previsto pela teoria.

Desta maneira, a abordagem pós-keynesiana foi fundamental para se chegar a uma conclusão sobre a importância da dinâmica do crédito para o desenvolvimento econômico. Visto que, as expectativas dos bancos, sob condições de incerteza, têm um papel crucial na determinação da carteira de aplicações dos bancos. Assim, em nível regional as instituições financeiras trabalham para conhecer seus clientes, a fim de reduzir a incerteza a um processo de empréstimo a longo prazo.

Os resultados encontrados nesta pesquisa dos municípios centro-periferia: Belo Horizonte e Brumadinho; Ituiutaba e Uberlândia ao verificar a quantidade ofertada de crédito se confirma a teoria da preferência pela liquidez dos bancos. Sendo os bancos uma firma capitalista cujo principal objetivo é obter lucro na forma monetária possui preferência pela liquidez, cujas ações afetam diretamente as condições de liquidez e financiamento da economia. Então, nota-se que as regiões periféricas quando comparada com regiões centrais evidencia-se uma maior desigualdade na oferta de crédito.

Portanto, a constatação desse estudo é dada quando a análise da distribuição de crédito regional distingue de bancos públicos e privados, porque fica claro que o distanciamento é causado principalmente pela estratégia adotada pelas instituições privadas em priorizar as aplicações em operações de crédito em alto grau de concentração somente em regiões centrais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oferta de crédito se relaciona com a preferência de liquidez, pois uma oferta depende inicialmente das escolhas de bancos e instituições financeiras. E então, são estes que disponibilizam ao mercado o crédito aos investidores. Assim, o presente estudo fornece uma análise de como o sistema bancário brasileiro impactou a distribuição e concessão do crédito regionalmente, tomando como base a distinção do comportamento das instituições bancárias públicas e privadas nos períodos entre 2000 a 2020.

Como salientado neste trabalho, há uma concentração de agências bancárias em regiões mais desenvolvidas e uma participação relativa maior dessas regiões no volume de depósitos e créditos. Além disso, também pode ser observado como serão as reações dos bancos públicos e privados na oferta de crédito frente a um período de crise. Durante um evento de choque financeiro, os bancos públicos permitem maior concessão ao crédito em comparação as instituições privadas que, por sua vez, determinam por aumentar a alocação de investimentos em ativos de maior liquidez. Contudo esse comportamento desigual dos bancos pode ser explicado pela função dos bancos públicos buscarem estabilidade para a economia em épocas de crise, mesmo que essa estratégia imposta não maximize o lucro esperado.

Seguindo, a metodologia proposta por Romero; Jayme Jr. (2013), os autores destacam que a região sudeste por ser mais desenvolvida, concentra não só a maior parte da produção nacional, como também os escritórios centrais dos bancos e seus serviços especializados, que facilitariam e impulsionariam o crédito no sudeste do país. Em detrimento da distribuição regional do saldo das operações de crédito ser bastante concentrada na região Sudeste no período de análise, este estudo selecionou o estado de Minas Gerais para coletar os resultados da oferta de crédito, como também os municípios centro-periferia do estado: Belo Horizonte e Brumadinho, Uberlândia e Ituiutaba. Com base nisso, foi possível obter os resultados do QLC e registrar uma condição de “*sobre-fomento*” ou “*sub-fomento*” da atividade produtiva desses municípios em questão. Dessa maneira, os resultados comprovam que apesar de Minas Gerais ser um estado com alta concentração de crédito bancário, ao comparar os municípios de centro-periferia observamos um movimento característico de desigualdades regionais, do ponto de vista financeiro.

O município com menor acesso ao sistema bancário foi Brumadinho, com QLC bem menor da unidade, sendo apontada como uma região bastante periférica, principalmente quando comparada com a capital – Belo Horizonte. No caso de Ituiutaba temos um QLC crescente,

embora haja picos de instabilidade, porém quando comparado com o município de Uberlândia, a cidade apresenta uma área de “*sub-fomento*”, de acordo com o estudo do QLC. Em acréscimo a esses resultados, tem-se ainda a partir de uma análise da distribuição regional de crédito, há evidente diferença da concessão de crédito entre as instituições bancárias públicas e privadas. Observa-se que o comportamento dos bancos para todos quatro municípios começou no período de análise com uma atuação maior dos bancos privados e ao passar dos anos os BP foram os protagonistas na oferta de crédito.

Portanto, em virtude de todos os argumentos apresentados, a conclusão que se chega através da pesquisa é que, se faz necessário um maior desdobramento dos dados diante da oferta de crédito pelas instituições bancárias, visto que, ao obter os resultados das cidades e do estado, temos uma desigualdade enorme entre os indicadores de crédito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, D. A. **Sistema financeiro, Bancos e financiamento da economia: uma abordagem Keynesiana.** Rio de Janeiro: Revista de Economia Contemporânea, vol. 18, n. 2, p. 31-324, mai/ago, 2014.
- AMADO, A. (2000). **Limites monetários ao crescimento: Keynes e a não-neutralidade da moeda.** In: Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 44-81.
- ARAUJO, V. L. de; CINTRA, M. A. M. **O papel dos bancos públicos federais na economia brasileira.** 2011.
- BRANDÃO, Vinicius. **Crédito Consignado: uma análise dos impactos dessa inovação financeira para o desenvolvimento econômico brasileiro.** Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, p. 182-212, 2021.
- CARVALHO, F. J. C. **A economia keynesiana e a moeda na economia moderna.** 2006.
- CHICK (1994). **A evolução do sistema bancário e a teoria da poupança, do investimento e dos juros.** Ensaio, FEE. Porto Alegre, 1994.
- Comunicação ACIUB. **“PIB de Uberlândia é O Segundo Maior de Minas ACIUB.”** Aciub.org.br, 22 Dec. 2021, www.aciub.org.br/2021/12/22/pib-de-uberlandia-e-o-segundo-maior-de-minas/#:~:text=Por%20fim%2C%20o%20desenvolvimento%20econ%C3%B4mico,atr%C3%A1s%20da%20capital%20Belo%20Horizonte. Acesso em: Junho/2022.
- CROCCO, M. e JAYME JR., F. G. (Orgs.). **Distribuição de agências bancárias e concentração financeira nas praças de maior dinamismo econômico – um estudo dos anos 1980 e 1990.** Moeda e território: uma interpretação dinâmica regional brasileira. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2006. p.169-209.
- FREITAS, A. P. G.; PAULA, L. F. R. **Concentração regional do crédito e consolidação bancária no Brasil: uma análise pós-real.** Revista Economia, v. 11, n. 1, p. 97-123, 2010.
- KEYNES, J. M. **“The General Theory and After”.** *Economic Journal*. Reimpresso in *Collected Writings*, vol. 14, p. 166, 1973.
- KEYNES, J. M. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.** Editora Atlas. 1982. Caps. 13, 15 e 17.
- MORA, M. **A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010.** 2015.
- NOGUEIRA, M.; CROCCO, M.; SANTOS, Fabiana. **Sistema financeiro e atuação dos bancos públicos no desenvolvimento regional no Brasil.** Bancos públicos e desenvolvimento. Ipea, pág.174, 2010.
- OLIVEIRA, F. C.; DE ARAUJO, V. L. **Crédito bancário e desenvolvimento regional: novos apontamentos para os anos.** 2019.
- PAULA, L. F. de; ALVES JÚNIOR, A. J. **Comportamento dos bancos e ciclo de crédito no Brasil em 2003-2016: Uma análise pós-keynesiana da preferência pela liquidez.** Revista de Economia Contemporânea, v. 24, 2020.

PAULA, L. F. de; OREIRO, J. L.; BASILIO, F. AC. **Estrutura do setor bancário e o ciclo recente de expansão do crédito: o papel dos bancos públicos federais.** Nova Economia, v. 23, n. 3, p. 473-520, 2013.

RESENDE, M. F. da C. **O circuito *finance-investimento-poupança-funding* em economias abertas.** Revista Economia Política, vol. 28, n. 1, p. 136-154, janeiro-março, 2007.

ROMERO, J. P.; JAYME JR, F. G..**Crédito, preferência pela liquidez e desenvolvimento regional: o papel dos bancos públicos e privados no sistema financeiro (2001-2006).** Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 34, p 253-258, 2013.

SOROMENHO, Jorge Eduardo de Castro. **Como impressões de Hicks sobre a Teoria Geral.** Revista Brasileira de Economia Política, v. 34, p. 327-343, 2014.

STUDART, R. **O sistema financeiro e o financiamento do crescimento: uma alternativa pós keynesiana à visão convencional.** Revista de Economia Política, vol. 13, n.1 (49), Janeiro-Março. 1993.

VASCONCELOS, M. R., FUCIDJI, J. R., SCORZAFAVE, L. G., & Assis, D. L. (2004) **O todo e as partes: uma análise da desigualdade de crédito entre os estados brasileiros e os determinantes do crédito bancário com a aplicação de dados em painel.** Economia e Sociedade (v.13, n.1, pp. 123-149).